

Memória e conflitos étnico-raciais a partir de uma trajetória de abandono no século XX

Memory and ethnic-racial conflicts from a trajectory of abandonment in the 20th century

Denize Terezinha Leal Freitas

Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul – SEDUC – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

Jonathan Fachini da Silva

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo – Rio Grande do Sul – Brasil

Resumo: O presente trabalho aborda a história de um abandono infantil resultado de um conflito étnico ocorrido na década de 50 do século XX. Trata-se da história de vida de uma mulher que descobriu depois de adulta sua verdadeira origem familiar e étnica. Nossa personagem é filha biológica de uma mãe de abastada família de imigrantes alemães e de um pai curandeiro e descendente de africanos, todos do pequeno vilarejo de Alto Sampaio, no Rio Grande do Sul. Desde a tenra idade e por muitos anos, viveu com uma família adotiva que a resgatou após o nascimento, no município de Lajeado, no dia 04 de novembro de 1952. Através da metodologia da História Oral a partir de entrevistas e o cruzamento de fontes do período, do aporte teórico e discussões acerca da racialidade e condição feminina, pretendemos resgatar e compreender os caminhos e descaminhos que levaram a omissão e ao mesmo tempo sobrevivência destas memórias veladas por mais de sessenta anos.

Palavras-chave: Abandono. Memória. Conflitos étnicos.

Abstract: The present work deals with the history of a child abandonment resulting from an ethnic conflict that occurred in the 1950s. It is the life story of a woman who discovered her true family and ethnic background after her adulthood. Our character is a biological daughter of a mother of wealthy German immigrant family and a father healer and descendants of Africans, all from the small village of Alto Sampaio, in Rio Grande do Sul. From the young age and for many years lived with an adoptive family who rescued her after her birth in the Municipality of Lajeado/RS on November 4, 1952. Through the methodology of Oral History from interviews and the crossing of sources of the period, the theoretical contribution and discussions about raciality and feminine condition, we intend to rescue and understand the ways and ways that led to the omission and at the same time survival of these veiled memories for more than sixty years.

Keywords: Abandonment. Memory. Ethnic conflicts.

1 Introdução

Aos quatro dias de novembro no ano de 1952, na localidade de Lajeado, no Rio Grande do Sul foi levada a pia batismal Maria¹. À primeira vista, mais um registro de filho natural tão estudado pelos historiadores, sobretudo ao longo do século XVIII e XIX brasileiro (FREITAS, 2017; PEREIRA, 2009; SILVA, 1998). No entanto, este registro possuía uma história mais complexa e multifacetada que ultrapassa a discussão sobre a questão da legitimidade.

Em primeiro lugar, tal como toda fonte, este registro também tem suas peculiaridades e não deve ser tomado como tal. Para começar, a mãe registrada no batismo é na realidade sua avó biológica. E, mais ainda, o pai incógnito era um protagonista importante para entendermos os conflitos raciais, o abandono e os conflitos de gênero às voltas nesta história.

Trata-se da problematização da história de vida de uma mulher mestiça, filha de uma ascendente direta de imigrantes alemães, moradores na época em Alto Sampaio, localidade situada no Vale do Taquari, com um curandeiro negro que percorria esta região. O envolvimento e o nascimento fruto desta união desigual aos olhos da sociedade e da família da moça na década de cinquenta do século XX, tiveram consequências contundentes no desenrolar da trajetória de Maria. Neste estudo pretendemos analisar o impacto e as consequências do abandono como produto dos conflitos raciais e de gênero presentes nesta sociedade.

Num primeiro momento, vamos trazer dados fundamentais da trajetória de nossa personagem, bem como, suas próprias impressões e ressignificações através da entrevista oral concedida no dia 14 de maio de 2017. Posteriormente, partiremos para a análise de como podemos evidenciar os conflitos e as marcas dos mesmos na trajetória da vida desta protagonista e o próprio revelar desta história após 50 anos.

Nesse sentido, os resultados trazidos até aqui provêm de dois movimentos: o primeiro entender o contexto histórico em que foi realizado o abandono, uma área de imigrantes numa área rural do Rio Grande do Sul; o segundo movimento, parte da análise da narrativa em si, ou seja, como a personagem dá sentido as suas memórias, ressaltando que são memórias carregadas de muita dor e sofrimento.

Desta forma, dentre os principais objetivos desses apontamentos é, primeiramente, trazer uma apresentação geral do contexto desta trajetória de vida. Em seguida, problematizar as marcas dos conflitos raciais e de gênero que marcaram a vida desta mulher e de sua família. E, por fim, realizar um apanhado breve das marcas deixadas inicialmente a partir dos nuances da memória.

Vale salientar ao leitor que este trabalho de pesquisa está em processo inicial de levantamento de fontes do arquivo pessoal da família e análise dos dados. Portanto, trata-se de apresentar nesse texto, além das possibilidades de pesquisa, os inúmeros questionamentos e problemáticas surgidas durante esse primeiro passo do processo investigativo, trata-se dessa forma, de um ensaio de escrita que propõe mais questionamentos do que propriamente respostas.

Em relação aos aspectos metodológicos, partimos de uma primeira entrevista oral realizada com a protagonista e seus familiares, pois entendemos que as fontes orais oferecem um “conjunto de evidências subjetivas sobre os processos históricos e, dessa forma, abrem a possibilidade de uma melhor compreensão a respeito das relações entre ação, consciência e constrangimentos sociais” (HARRES, 2008, p.106). Somados a isso, também nos valem da utilização de fontes complementares: documentação civil e eclesiástica fornecidas pela própria família.

¹ O nome Maria é fictício, optamos por preservar o nome verdadeiro de nossa personagem por se tratar da memória individual de sua trajetória, uma memória carregada de elementos que lhe acionam sentimentos de dor e sofrimento.

2 O nascimento e o abandono de Maria: entendendo o acontecido

A partir da narrativa cedida em entrevista, somada aos dados coletados em fontes complementares, vamos remontar o acontecimento que se tornou o pano de fundo de nosso estudo, o abandono de nossa personagem Maria. O ocorrido aconteceu no ano de 1952, na localidade de Alto Sampaio/RS, nesse período a localidade pertencia a Venâncio Aires.

A área de nossa análise foi um espaço de chegada de imigrantes germânicos na segunda no século XIX e XX, Entre 1824 e 1830 foi quantificada a entrada de cerca de 5.350 imigrantes alemães para o Rio Grande do Sul, entre soldados e colonos distribuídos em mais 20 expedições. Conforme os dados demográficos verificados na historiografia, entre 1824-47 chegaram ao sul do país um total de 8.176 imigrantes, já entre 1848-72, um total de 19.523 (SCHÄFFER, 1994, p. 167). Na região sul, na década de 1930, se concentrava o maior reduto de teuto-brasileiros, os números seriam de cerca de 600 mil para o caso do Rio Grande do Sul, para uma população total de 3.100.000 isso representava 19,35% dos habitantes (GERTZ, 1987, p. 15).

Essa imigração era promovida pelo governo central, parte de um projeto para todo o território nacional, com um forte apelo ideológico, que diz respeito ao preconceito e o racismo científico em construção, que alegava a superioridade da população e do ideal de branqueamento da população brasileira. Esse pensamento esteve presente entre a elite política e cultural brasileira e foi o pano de fundo para a formação de colônias europeias, no caso do Rio Grande do Sul houve mais de quarenta colônias no século XIX, localizadas nos vales dos rios Jacuí, dos Sinos, Caí e Taquari, não por menos que granjeava o título de “Celeiro do Império Brasileiro” (VOGT, 2006, p.112).

Esses dados demográficos são importantes para termos ideia da densidade populacional dessas comunidades teutas, em uma delas, a de Alto Sampaio, a família Richter será o foco de nossa

observação. Darcila Richter nasceu no ano de 1935, filha mais velha de uma família abastada da localidade, o casal Hugo e Amanda Richter².

A partir de relatos e das memórias da avó biológica de Maria, remontaremos os fatos que levaram ao abandono. O fato foi que um dos filhos da família Richter, Hélio, na época com nove anos de idade, esteve muito doente, relata-se que seria uma crise de apendicite. Esse fato teria ocorrido em 1951, e nesse ano a família entra em contato com um curandeiro que circulava pela comunidade, o “negro Antônio”.

O curandeiro negro, como é descrito, se aproximou da família Richter para tratar do menino com práticas de cura, tendo muito sucesso. Antônio teria recebido como gratidão, “umas terrinhas” onde passou a viver próximo dessa família. Essa proximidade teria levado ao surgimento de relações afetivas com Darcila, longe dos olhos de Hugo e Amanda Richter. É importante mencionar que as práticas de cura atribuídas a africanos vêm desde o século XVIII, perpassando principalmente pelo século XIX. Muito estudado por nossa historiografia, essas práticas tornavam africanos livres e escravizados importantes protagonistas sociais, com seus saberes transmitidos de geração em geração, o que habituou a população a essas práticas.

Essa ascendência se baseava tanto no respeito por seus saberes, quanto no medo que estes eram capazes de infringir em seus contemporâneos. Nesse sentido, cura e feitiços compunham duas faces de uma mesma moeda. Na concepção da época, os praticantes de uma dessas artes eram, quase que fatalmente, praticante da outra. (WITTER, 2006, p. 21).

A relação que realmente se estabeleceu entre Darcila e Antônio ainda não foi esclarecida por nossa interlocutora, bem como as fontes consultadas até o momento deixam imprecisas nossas conclusões. Sabemos de nossas implicações e limites metodológicos: “Se o cálculo e a racionalização face aos interesses, tanto econômicos, como de prestígio,

² Os prenomes dos demais familiares também foram alterados, mantemos apenas os sobrenomes de família conforme a grafia que constava nas fontes pesquisadas.

podem ser inferidos, a carga emocional que cerca muitas decisões do cotidiano é muito mais difícil de ser percebida e apreendida” (HARRES, 2008, p. 100).

Nesse sentido, o que queremos salientar é que não sabemos se Darcila, avó biológica de nossa personagem, sofreu algum tipo de abuso que configurasse crime de defloramento³, pois tinha 17 anos nessa época, ou se o caso se tratou realmente de uma relação afetiva consensual entre ambos. O que sabemos é que dessa relação Darcila engravidou no ano de 1952, um fato que marcou sua vida. A gravidez de Darcila foi ocultada de seu pai, que tomou conhecimento do fato quando a filha estava com oito meses de gestação. Após saber desse ocorrido, Hugo Richter queria o aborto da criança, o que fez com que Darcila, com o apoio de sua mãe, se refugiasse em Lajeado, para ter criança no hospital local, cerca de 45 quilômetros de Alto Sampaio.

Figura 1: Distância percorrida entre Alto Sampaio até Lajeado.



Fonte: Elaborado pelos autores (GoogleMaps).

Darcila teve o apoio da sua mãe para dar à luz a criança, já seu pai Hugo Richter queria “dar um sumiço à mesma”. Para resolver a situação, optaram por doar a recém-nascida para uma família, os “Kern”, que moravam em Porto Alegre, no ano de 1952, e foi assim que se sucedeu. Maria nasceu em quatro de novembro e foi batizada em 25 de dezembro do mesmo ano, na Paróquia Santo Inácio, em Lajeado.

³ Um jurista do século XX definiu o defloramento como a cópula completa com mulher virgem, de menor idade e desde que obtido o consentimento da mulher por meio da sedução, engano ou fraude, para configurar tal crime, a mulher deveria ser menor, nos termos jurídicos desse período seria maior de 16 e menor de 21 anos, idade em que Maria estava. Segundo o jurista, o deflorador era aquele que “deveria, convencer com arte e manha ou persuadir com astúcia, afim de que, sob influência desse ardiloso convencimento ou dessa astuciosa persuasão, obtivesse da mulher a prática de certo ato que não faria sem essa cativação da vontade” (BALBINOT, 2014, p.28).

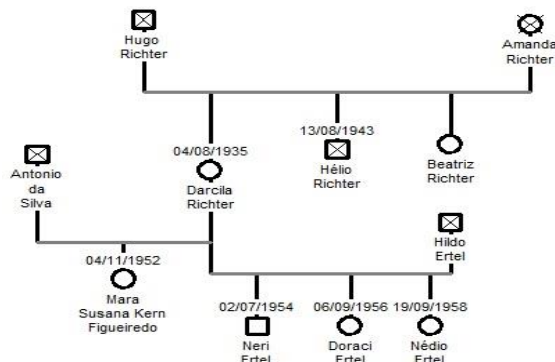
No seu registro de batismo consta que Maria foi “adotada por João Luiz Pereira Kern” e que era de filha de Amanda Richter, ou seja, para preservar o nome de Darcila, a avó de Maria se apresentou como sua mãe no ato do batismo⁴.

O que sabemos ainda, é que esse processo de abandono teria acontecido no próprio hospital, foi um dos diretores que teria tomado conhecimento dos fatos e indicado os “Kern” para a doação da recém-nascida. O Hospital ao qual nos referimos é o atual Hospital Bruno Born, assim nomeado em homenagem ao seu diretor (1934-1973), que além desse cargo era prefeito do município naqueles anos, e o foi por duas vezes, além de deputado federal anos mais tarde.

Bruno Born (...) exerceu um primeiro mandato, entre 1951-1955, sob o signo da União Democrática Nacional – UDN e, agora, em seu segundo período como prefeito (1959-1963), se agremiara ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, aliado com o Partido Liberal – PL, UDN e o PRP. A oposição era exercida pelo Partido Social Democrático – PSD. (FALEIRO, 2009, p.34).

O abandono de Maria pode nos indicar as redes sociais estabelecidas pela família Richter, pois como tudo indica tratava-se de uma família abastada com redes sociais amplas, voltaremos a esse ponto em outro momento. Agora cabe encerrarmos com o desfecho, se Maria foi doada para a família Kern, um casal que não podia ter filhos, sua mãe Darcila não teve contato com a criança e nem soube de seu paradeiro. Ao se recuperar da gestação e do parto, Darcila contraiu matrimônio por indicação da família, meses depois. Nas palavras do relato por ela feito, “no primeiro baile da comunidade” o pai de Darcila teria arranjado um casamento e, posteriormente, deste resultou o nascimento de três filhos legítimos, conforme podemos conferir com mais clareza abaixo.

⁴ Arquivo particular. Certidão de batismo da Paróquia Santo Inácio de Lajeado, Livro 27, fl. 60f.

Figura 2: Genealogia da família Richter.

Fonte: arquivo familiar de Maria Kern.

Toda esta reconstituição genealógica foi realizada a partir da entrevista com Maria. Vale salientar que nossa entrevistada tomou conhecimento deste fato em sua vida recentemente. Nesse sentido, em sua entrevista há elementos de sua memória com uma narração anacrológica e multifacetada, isto é, realizada por ela e outras vozes, no caso aqui sua mãe biológica Darcila, com teve contato. Salientamos dessa forma, que não nos cabe aqui tratar da veracidade dos fatos, pois entendemos que se trata de uma memória pessoal, de uma trajetória, mas sim de problematizá-lo e discutir questões que podem ser pertinentes a História. Nas palavras de Paul Ricoeur, “a história pode ampliar, completar, corrigir, e até mesmo refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo” (RICOEUR, 2007, p.32).

Dado este esboço do acontecimento, buscamos problematizar os conflitos étnicos e raciais, as relações étnicas, os conflitos e os rumos desta história, que marcaram indelevelmente as trajetórias e analisar algumas questões sobre o papel da mulher nessa sociedade. Todos estes questionamentos nos dão subsídios para entender e complexificar as relações sociais da década de 1950 no sul do Brasil.

3 Os conflitos étnicos: pode salvar meu filho, não casar com minha filha

Estudiosos da temática da escravização africana cada vez mais têm como foco de suas

pesquisas a *racialização* das relações que envolviam os vários segmentos sociais livres e escravos. Nesse viés, essas pesquisas procuraram na historicidade das concepções de raça compreender as designações de cores como construções sociais (WEIMER, 2013; MATTOS, 2013). Muitos desses estudos partem da desconstrução do conceito de “raça” em voga no final do século XIX, a partir do racismo científico. Nesse caso, os estudos geralmente tratam de contextos dos anos finais do Império, atravessando a República até início do século XX. A tese de Marcus Vinicius Rosa é um exemplo para o contexto de Porto Alegre na virada do século XIX para o XX. O autor preocupou-se em entender como foi construída a ideia de raça a partir da relação entre negros e brancos, em determinados espaços geográficos da cidade ao longo do tempo (ROSA, 2014).

Uma das conclusões do autor é que houve uma invisibilidade dos negros em relação aos brancos na tentativa da construção de uma identidade regional e mesmo parte de um projeto nacional. Assim, quando se facilitava a entrada de imigrantes brancos para trabalhar no lugar de negros, era um projeto político que se objetivava: “construir uma província e uma nação modernas, civilizadas e desenvolvidas”. Esse projeto se moldava a partir de uma legislação que não se declarava racista, mais barrava e desqualificava a presença negra em Porto Alegre (ROSA, 2014, p. 299). Nesse sentido, retomemos o pioneiro estudo de Hebe Mattos (2013, p.359) que já alertava que a noção de raça é, antes de tudo, uma construção social elaborada e reelaborada na sociedade brasileira.

Quando nos referimos a relações étnicas entre descendentes de africanos e germânicos, Marcus Vinicius Rosa destaca que de modo geral, muitos estudos estão baseados em uma espécie de distribuição étnica do espaço, ou seja:

(...) além de reforçar uma cisão artificial entre o campo e a cidade: italianos e alemães do mundo rural, vivendo na órbita de suas “colônias”, parecem não ter interagido com os negros; estes, por sua vez, vivendo em “territórios”, parecem não ter coexistido com outros grupos étnicos nesses *mesmos*

espaços. Alguns autores se limitaram a fazer rápidos apontamentos acerca da coexistência racial, mas não a tomaram como principal objeto de análise (ROSA, 2014, p. 07).

Nesse sentido, a descoberta da gravidez e o nascimento de Maria foi um momento ímpar para o desenrolar da trajetória de abandono. Ao saber do envolvimento e gravidez o patriarca da família Richter mandou um capanga de sua propriedade pegar a criança e retirá-la da mãe. O temor e a promessa de violência pela parte paterna levaram ao primeiro abandono de Maria. Com ares pitorescos de folhetim, a menina que, segundo a constatação das enfermeiras, “ia ficar moreninha”, tinha que ser retirada com segurança e vida do hospital.

Um funcionário do hospital sabendo da necessidade de um casal de adotar um filho pegou a menina – “ainda enrolada em panos sujos”⁵ e disse a parturiente que daria sua filha a “gente de bem”⁶. Assim, escapando pelos fundos do hospital e saindo do campo de visão paterno e de seus empregados, a criança saiu com vida para os braços de uma família adotiva.

A mãe biológica de nossa personagem acabou se casando nove meses após seu nascimento, com um marido pertencente a seu grupo étnico e social, escolhido pelo pai. Ela constituiu família, tendo três filhos legítimos dessa união e nunca mais teve notícias ou procurou saber informações da primeira filha, tida antes do casamento. Tão pouco, soube qualquer notícia do curandeiro. Posteriormente, soubesse pelas redondezas que o mesmo indivíduo tivera outros filhos naturais com outras moças em regiões próximas.

As informações obtidas na entrevista sobre o curandeiro foram bastante escassas, seja por falta de dados por parte da família, ocultamento devido à origem étnica do mesmo, “apagamento” forçado da memória pelo trauma do evento e/ou pela ênfase da descoberta do lado familiar de origem germânica.

Sabe-se que o encontro do curandeiro com a família Richter ocorreu devido à doença que acamou um dos filhos do patriarca, tendo dificuldades de tratamento eficaz pela medicina tradicional, a esperança de cura através da fama deste indivíduo pela região aproximou-o dessa família.

O envolvimento e o contato entre ambos devem ter sido motivo de uma situação escandalosa para os padrões de comportamento, moral e preconceito racial presentes nestas comunidades rurais, constituídas predominantemente por descendentes de imigrantes germânicos e pela influência religiosa católica e cristã. O documento a seguir mostra uma reprimenda judicial, proibindo a participação da mão biológica de nossa personagem em “pagodes” nas localidades, o documento é do período de sua gravidez.

O Delegado de Polícia, abaixo assinado, declara que fica proibido qualquer pessoa residente no Alto Sampaio, a abusar ou fazer “pagode” da menor e quem o fizer praticará um ato de crueldade, sujeitando-se às penas da lei.

Em 11-10-1952. (ARQUIVO PARTICULAR)

O documento citado é um boletim policial realizado pela Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Justiça (1947-1975)⁷, para a Repartição Central de Polícia, ou seja, o patriarca da família Richter acionou a repartição central de segurança do estado do Rio Grande do Sul, outra prova de seu capital e estatuto social. O documento foi realizado no dia onze de outubro, pouco menos de um mês antes do nascimento de Maria, ou seja, quanto Darcila estava com oito meses de gestação.

O documento restringia a liberdade de Darcila, deixando claro que estava proibido “abusar ou fazer pagode da menor”. Fazer pagode nos termos de nosso contexto, pode ser entendido como “divertimento, pândega, bambochata” (FREIRE, 1954, p. 3766). Ainda por “pândega”, entendemos

⁵ Essa fala foi recorrente na memória de nossa personagem que enfatizava que sua mãe repetia esse trecho com bastante ênfase em seu relato de como recebeu sua filha adotiva.

⁶ Esta expressão foi colocada pela mãe biológica quando questionada sobre como se sentia diante do abandono e a falta de informações da filha durante tanto tempo.

⁷ A Secretaria passa a denominar-se Secretaria do Interior e Justiça com a promulgação da Constituição de 1947, o fundo Justiça existente no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul ainda disponibilizou esse fundo para consulta do público, o documento que possuímos é apenas um recibo entregue a família, pois ainda não tivemos acesso ao processo.

“extravagância, vida airada” e por “bombachata”, entendemos “extravagância” (FREIRE, 1954, p. 3787). Nesse sentido, podemos interpretar que Darcila estava proibida de qualquer relação fora de seu círculo social, encontros ou reuniões.

No desenrolar dos acontecimentos, podemos pensar que a acolhida de um curandeiro para necessidade e emergências, parecia um negócio promissor e ao que indicam no relato foi muito bem pago, a gratidão da família deve ter ampliado o relacionamento. Porém, a perspectiva de incluir na família um indivíduo negro, pobre, curandeiro e sem paradeiro fixo, deve ter extrapolado e desafiado os padrões impostos pela família ao casamento de sua filha branca e germânica, filha de proprietário abastado daquela comunidade.

A segregação racial da mãe biológica de Maria com o curandeiro não se dá apenas nas circunstâncias de seu nascimento, advindo de uma união desigual entre seus pais. A adoção também se revelou um local de continuidade velada dos conflitos raciais e, também, de gênero. Apesar dos cuidados e da educação dada a Maria, a entrevista revelou fortes indicativos de que mais uma vez existiam diferenças indelévels entre a nossa protagonista e seu seio familiar.

Se por um lado, o nascimento de Maria foi gerado por uma relação conflituosa, a questão étnica continuará ao longo de sua trajetória, pois foi adotada por uma família de descendentes de alemães, apesar de toda atenção de seus pais, houve represália de sua parentela.

A posição adotiva de nossa personagem sempre era reforçada nos pequenos detalhes do dia a dia e marcou sua trajetória de vida, tanto que podemos perceber em seus relatos algumas situações reforçadas, como: “eu era a última a ser cumprimentada pelas primas e tios e tias”. Maria relata que geralmente nesses momentos de encontro familiar, quando estava diante deles: “tiravam a mim com um braço e abraçavam a outra”. Também houve relatos de reclamações da mãe adotiva por tê-la criado e pelo fato da mesma ser a marca indelével da sua incapacidade de gerar prole consanguínea.

4 Além das relações de gênero: a submissão da mulher

A década de 1950 no Brasil é marcada por uma onda conservadora no que tange ao papel da mulher na sociedade. A vida doméstica e a educação dos filhos deveriam ser o abrigo de toda mulher dita “decente” e moralmente educada. Além disso, o próprio divórcio e a liberdade sexual feminina serão ainda um tabu para esta sociedade extremamente misógina e conservadora.

A ideologia patriarcal, que estruturava as relações conjugais e familiares desde o tempo em que o Brasil era colônia portuguesa, conferia aos homens um grande poder sobre as mulheres, justificando atos de violência cometidos por pais e maridos contra filhos e esposas. Nascida do estilo de vida das minorias dominantes, essa ideologia acabou influenciando todas as outras camadas da sociedade, disseminando entre os homens um sentimento de posse sobre o corpo feminino e atrelando a honra masculina ao comportamento das mulheres sob sua tutela. Assim, cabia a eles disciplinar e controlar as mulheres da família, sendo legítimo que para isso, recorressem ao uso da força. (LAGE; NADER, 2012, p.287).

A espacialidade onde aconteceu este relacionamento amoroso e, posteriormente, o nascimento da nossa protagonista, era uma área repleta de conflitos étnicos, visto que eram áreas rurais bastante isoladas dos lócus urbanos, onde uma parcela da população significativa era formada por homens e mulheres imigrantes. O distanciamento e convivência entre a população local e esses grupos de imigrantes alemães eram mediados pelo conflito, sobretudo, envolvendo o acesso à terra, conforme estudo de Tramontini (2000).

Destacamos o fato de que mesmo diante da segregação racial verificada neste caso pela violência aplicada ao nascimento de Maria, há fortes indícios de que na prática, nos locais de sociabilidade, tais como: bailes, festas locais, pagodes, etc. o encontro e envolvimento entre pessoas de diferentes origens étnicas aconteciam *naturalmente*. Porém, quando se tratava de questões como casamento, reprodução familiar e territorial, o distanciamento e a endogamia

étnica era uma característica marcante nas práticas sociais.

O contexto social e as diferenças étnicas entre os envolvidos serão o principal fator desencadeador da violência. A diferença étnica e a desigualdade social marcada entre o casal constituído por uma mulher branca, abastada e vinda de família de imigrantes alemães com um homem negro, pobre, nômade e curandeiro, irão significar o complemento ideal para que os conflitos raciais e de gênero culminem no desenrolar dos fatos.

A falta de informação e a desvalorização da vida do pai da protagonista também nos chama a atenção. A ausência do outro lado da história, isto é, da família paterna nos demonstra que o impacto da violência racial foi eficaz e, pior, atravessou décadas culminadas pela negação e preocupação com esta memória e distanciamento da identidade afrodescendente⁸.

A violência familiar vivenciada ao longo da trajetória de vida de Maria levantam importantes questões sobre a sua condição de mulher negra nesta sociedade, no final dos anos 50 do século XX. Em primeiro lugar a família materna não aceitou sua existência, tanto que seu avô queria “livrar-se dela” após o parto. Em seguida, sua infância dentro da família adotiva também foi conflituosa em alguns momentos. Isto é, ela foi criada por uma mulher que também deve ter sido julgada pela família por não ter tido a “capacidade e cumprido o dever feminino” de gerar filhos⁹. Duplo sofrimento e julgamento: por ser um fruto indesejado e, também, por não ser uma filha legítima e consanguínea daqueles que o criaram.

⁸ O estudo de Pollak nos diz que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Sendo assim “se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros” (POLLAK, 1992, p. 7).

⁹ Neste período, a moralidade familiar e a sua aparência para a sociedade estavam todas colocadas sobre “os ombros da mulher”. A responsabilidade de prover a casa poderia e deveria ser masculina, porém o encargo da organização e administração do lar, bem como, a educação e bem estar familiar era atributos designados ao mundo feminino, tal como destaca Stearns (STEARNS, 2010, p. 206).

Além disso, percebemos que ao longo da entrevista a própria protagonista utiliza de falas que buscam justificar a misoginia de seu avô materno. Ela procura respostas plausíveis dentro do espectro moralista de sua criação e pertinente ao período histórico no qual sua mãe viveu. Portanto, vale-se de subterfúgios como a perda da virgindade da mãe, seu envolvimento com um “desigual”, a desobediência paterna, etc. Em algumas passagens retiradas da entrevista, falas como “ela não queria dar, mas ela era obrigada a dar [a criança]”, ou ainda, “*você sabe, né? Ela acabou de ‘se perder’ com um homem que não era namorado, nem nada*”, são naturalizadas.

Noutro momento podemos verificar a violência sofrida por esta mãe. A partir da entrevista verificamos que a negação imposta pela criação e aceitação desta filha natural e mestiça foi tão bem cultivado e enraizado durante a sua vida que ela questiona mesmo assim se durante o encontro tratasse de sua filha. E mais ainda, reforça a necessidade de manter em segredo, mesmo passados mais de cinquenta anos.

Em certos trechos da entrevista podemos verificar os resquícios atemporais da violência paterna na determinação de apagar a identidade e a existência deste acontecimento, tais como quando Maria reencontra com sua mãe biológica: “ela me abraçou e disse: *‘Tá, então fica entre nós? Mas é filha, né?’*”. Nesse mesmo reencontro entre mãe e filha, a mãe biológica de Maria, alega repetida vezes “*...eu dei [Maria] pra gente de bem!*”.

Aqui podemos perceber a importância da ressignificação da memória. Trata-se da fala da mãe através do relato em entrevista da filha. É como se mais uma vez, pela terceira vez, houvesse uma negação. É um reforço constante da condição de inferioridade perante a família materna e, ao mesmo tempo, a valorização da ascendência de imigrantes alemães que agora aceitam esta filha mestiça. Deste modo, percebemos como a memória destes fatos trazem aspectos contraditórios envolvendo a aceitação familiar e, também, um constante reforço dos problemas raciais e de gênero ainda não resolvidos.

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções (Nora, 1993, p. 9).

A memória familiar de nossos interlocutores através da fala de nossa protagonista nos revela diversos sintomas da necessidade de valorizar a própria história e dar veracidade aos fatos narrados como evidências cruciais dos fatos acontecidos, como nas falas a seguir: “a importância da memória”, trata-se da fala inicial do marido ao relatar a importância de contar a própria história, uma narrativa épica. A fala do marido de nossa protagonista, sempre enfatiza que eles tiveram uma educação esmerada e que relatam a verdade dos fatos: “cantávamos a Marselhesa”. Vale salientar que outra característica de gênero marcante era a dificuldade que tivemos em dar voz a protagonista. A narrativa épica do marido estava presente constantemente e, quando a mesma, iria se posicionar, havia momentos de interrupção, tais como: “Calma, eu conto melhor, meu bem”.

5 Considerações finais

O principal ponto de consideração final deste primeiro ensaio é as questões que o mesmo levantou ao ser escrito. Muitos são os caminhos a serem trilhados e, sobretudo, a serem estudados para análises mais profícuas e densas. Porém destacamos alguns pontos de análise para futuras publicações e, também, para os novos pesquisadores que pensam em tratar da mesma temática.

Dentre elas citamos a necessidade de pensar a história da violência dos mestiços, isto é, quem eram e como viveram os filhos resultado de uniões inter-étnicas? De que forma resolveram ou não seus conflitos de ordem racial e de gênero na sociedade em que viviam? Questões que permitem problematizar o envolvimento entre brancos e negros

e relativizar a real prática da segregação e endogamia étnica nessas comunidades de migração.

Outro aspecto que pretendemos analisar é o porquê da violência e negação da cultura afrodescendentes persistente até hoje. Evidências deixadas ao longo da entrevista pela ausência de informações da trajetória de vida do curandeiro e da supervalorização da ascendência germânica da família. A pesquisa ainda precisa de mais suporte teórico para auxílio na análise e, sobretudo, a carência de respostas sobre quem era esse homem negro curandeiro e como se deu a sua trajetória de vida.

Como se pode perceber, este processo de análise está em fase inicial, isto é, neste primeiro ensaio de escrita nos propusemos a apresentar um levantamento inicial das inúmeras possibilidades de problemáticas trazidas à tona nesta primeira entrevista. Nossos próximos passos irão investigar com mais ênfase outros membros familiares, realizar uma entrevista individual com a nossa protagonista e resgatar a trajetória de vida deste curandeiro.

6 Referências

- BALBINOT, Elizete Carmen Ferrari. *Moral e Sedução: o discurso do judiciário nos processos de defloração na Comarca de Caxias do Sul, 1900-1950*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.
- FALEIRO, Silvana Rossetti. *Lendo memórias: 40 anos de Ensino Superior no Vale do Taquari e a construção do regional – História da Univates*. Lajeado: Ed. da Univates, 2009.
- FREIRE, Laudelino. *Grande e Novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Livraria José Olympo Editora: Porto Alegre, 1954. (Volume IV)
- FREITAS, Denize Terezinha Leal. *Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

- HARRES, Marluza Marques. História Oral: algumas questões básicas. In: Anos 90. Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, 2008.
- LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bazzanesi; PEDRO, Joana Maria. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Contexto: 2012. pp. 286-312.
- MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, (Brasil, século XIX.). 3ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, n.10, dez., p.7-28, 1993.
- PEREIRA, Ana Luíza de Castro. Unidos pelo sangue, separados pela lei: família e ilegitimidade no Império Português, 1700 – 1799. Tese (doutoramento em História). Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho: Braga, 2009.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-Abolição (1884-1918). Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2014.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da Família no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- STEARNS, Peter N. História da Sexualidade. São Paulo: Contexto, 2010.
- SCHÄFFER Neiva Otero. Os alemães no Rio Grande do Sul: dos números iniciais aos censos demográficos. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELOS, Naira (Org.). Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. A organização social dos imigrantes. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2000.
- VOGT, Olgário Paulo. A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o Capital Social. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Santa Cruz do Sul, Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. A gente da Felisberta. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese (Doutorado em História). Niterói, PPGH/Universidade Federal Fluminense, 2013.
- WITTER, Nikelen A. Dos cuidados e das curas: a negociação das liberdades e as práticas de saúde entre escravos, senhores e libertos (Rio Grande do Sul, Século XIX). In: História Unisinos. Vol. 10 Nº 1, p. 14-25, 2006.